

## CONCORDÂNCIA VERBAL – INSTRUMENTO DE AFIRMAÇÃO DO INDIVÍDUO NO GRUPO?

Eliane Vitorino de Moura OLIVEIRA \*

*ABSTRACT: During the period of teaching at a vocational school, observing students in the classroom, place of interaction in that makes it possible to observe the language, we found the incidence of verbal agreement in the classroom, a fact that did not occur in the conversations of groups in interactions outside this environment. Thus, observe the use of language as an affirmation of individuals in their groups seemed to us worthy because on his way to express themselves linguistically, young people are necessary establish themselves as members of a particular faction and demarcate their space in society, moreover to investigate further fund their way of using the standard variety of language, particularly verbal agreement, can bring up relevant signals to be observed with regard to mother tongue teaching. Thus, based on assumptions of Sociolinguistics, we went to examine the effect of verb agreement in adolescents from different social classes in order to ratify it or not as an affirmation of the individual in the social environment in which it appears. With this study, we pretend to contribute to the integration and enhancement of research focusing on the linguistic variation in school.*

*KEYWORDS: linguistic variation, education, verbal agreement, grammar.*

### 1. Introdução

Toda linguagem é produto da atividade coletiva e realiza-se na interação. Esta relação entre os humanos, além de propiciar a constituição do indivíduo, constrói e edifica um produto não acabado que compõe a corrente da comunicação verbal: a língua.

Dado que não são produtos acabados e por serem frutos das interações, as línguas estão em constante processo de variação.

Pessoas, grupos e comunidades possuem modos próprios de usar a língua, os quais são impostos nos meios sociais em que se inserem e traduzem maneiras de viver, funcionando como uma identidade social dessas sociedades. Scherre (2008) declara que as línguas são “mecanismos de identidade” e completa ao alegar que “um povo se individualiza, se afirma e é identificado em função de sua língua. (SCHERRE, 2008, p. 10).

É notória a capacidade que cada falante tem em adquirir a língua de acordo com a variedade presente no meio em que vive, assim como também o é o fato de a interação do indivíduo com a sociedade se dar por meio dessa língua. Isso, obviamente, ocorre também com os jovens.

Os PCNs relatam que se expressar de uma maneira ou outra vai depender, entre outros, de fatores socioeconômicos e de faixa etária, estando estas variações dialetais abarcadas neste nosso estudo. Eles também alvitram que a variação é algo que constitui as línguas humanas, estando presente em todos os níveis, indo de encontro ao pensamento, bastante arraigado, que atribui homogeneidade à língua, o que é corroborado por Bagno (2008), o qual refuta o mito da homogeneidade e unidade, afirmando que a ciência linguística moderna já provou a inexistência de qualquer língua una, uma vez que as variações fazem parte de todas elas em seus níveis estrutural e de uso social.

---

\* Mestranda no programa de pós-graduação em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina.

Já Faraco (1999) alega que “grupos sociais se distinguem pelas formas de língua que lhes são de uso comum. [...] O senso de pertencimento inclui o uso da forma de falar característica das práticas e expectativas linguísticas do grupo.” (FARACO, 2004, p. 38-39).

Dentro deste entendimento, cientes da diglossia gerada pela disparidade linguística existente entre a classe alta e a baixa aludida por Castilho (1988), optamos por pesquisar a linguagem adolescente, rica em variações que, muitas vezes, são usadas pelos indivíduos para estabelecer seu espaço na sociedade e diferenciá-los dos demais, e o faremos quando inseridos no espaço sala de aula, local de interação, em que se faz possível observar a língua viva e fervente como é, e onde, na observação da interação concreta dos alunos, notou-se, a priori, este uso significativo da linguagem como meio de afirmação.

Elegemos os adolescentes por estarem inseridos numa faixa etária transitória entre a infância e a idade adulta e por tenderem a ser mais suscetíveis ao meio, uma vez que, de acordo com Neto (1974), costumam formar turmas que passam a exercer grande influência sobre o seu comportamento.

Os indivíduos na adolescência identificam-se com determinado grupo e passam a adotar as regras do mesmo, usando determinada vestimenta, incorporando certos costumes e preferências, e, o que nos interessa, interagindo por meio de linguajar próprio.

O público que fará parte do *corpus* desta análise, em especial aqueles que forem classificados como integrantes da classe baixa, usam a linguagem como forma de afirmação dentro de um grupo. Por meio de sua forma de se expressar linguisticamente, eles se impõem, estabelecem-se enquanto integrantes de determinada facção e demarcam seu espaço dentro da sociedade regional.

Desta forma, investigar mais profundamente a maneira como utilizam a variedade padrão da língua, em especial a concordância verbal, trará à tona relevantes sinais que poderão ser observados ao se pensar o ensino da língua materna.

E é isso que nos propomos a executar neste trabalho, ou seja, analisar a incidência da concordância verbal em adolescentes de classes sociais diferentes, a fim de ratificá-la, ou não, como forma de afirmação do indivíduo no meio social em que está inserido.

Não há a intenção avaliar o que é certo ou errado, tão somente pretendemos observar e analisar os fatos, levando em conta a teoria sociolingüística, para, diante do resultado, poder auxiliar no trabalho de avivamento do ensino escolar, trazendo das salas de aulas um ensino explícito e inequívoco da variação lingüística.

## 2. Pressupostos teóricos

De acordo com Pretti (1982), o caráter social de uma língua já está comprovado atualmente dado o relevante papel que ela exerce nas relações humanas, uma vez que funciona como elemento de interação entre o indivíduo e a sociedade. Bakhtin (2003), ao afirmar que a verdadeira substância da língua é o fenômeno social de interação verbal, e Benveniste (1995), alegando ser a interação a marca da linguagem, pois ao estabelecer o eu, automaticamente estabelece-se o tu, vêm, de forma contundente, reforçar esta assertiva.

Brito (2004) atesta ser impossível operar com formas linguísticas e símbolos sob a ótica da neutralidade e ingenuidade, visto que falar uma língua significa muito mais que articular alguns sons. Por meio dela, mostramos nossa cara, nossa ideologia, nosso eu interior. Somos nós a nos expormos, a nos desvendarmos por meio de nossa forma de falar, de escrever, de nos apropriarmos desse bem coletivo e o adaptarmos às nossas necessidades. Toda forma de expressão mostra uma maneira de pensar, expressa acepções, (pré)conceitos, julgamentos.

Ainda que existam regras e normas que condicionam essa utilização, competem-nos algumas liberdades que se amoldam a nossa cultura, ao contexto, à situação de interação, uma vez que, de acordo com Bortoni-Ricardo, “quando usamos a linguagem para nos comunicar, estamos construindo e reforçando os papéis sociais próprios de cada domínio.” (BORTONI-RICARDO, 2004, p.22).

Ou seja, a cada papel social a que nos submetemos, utilizamos um recorte da língua que utilizamos para interagir com os nossos, da mesma forma como utilizamos um certo tipo de vestimenta para cada ocasião.

Ratificando a assertiva de que as línguas são muito mais que instrumentos de comunicação, Scherre (2008) afirma que elas “podem ser também perversos instrumentos de poder e de dominação, especialmente quando se naturalizam relações espúrias entre determinadas construções lingüísticas e as pessoas que as falam.” (SCHERRE, 2008, p. 10), configurando, com isso, o preconceito lingüístico.

Soares (2008), ao afirmar que a escola tende a assumir e valorizar a cultura dos estratos sociais dominantes, revela-nos uma realidade cruel, na qual alunos oriundos de outras camadas sociais sofrem com a imposição de formas de falar dadas como certas e como unicamente válidas.

Tarallo, para quem variantes lingüísticas são as diferentes formas de falar a mesma coisa numa determinada situação, obtendo todas estas formas o mesmo valor de verdade, mostra que “em geral, a variante considerada padrão é, ao mesmo tempo, conservadora e aquela que goza de prestígio sociolingüístico na comunidade. As variantes inovadoras, por outro lado, são quase sempre não-padrão e estigmatizadas pelos membros da comunidade.” (TARALLO, 2007, p. 12), ainda que estudos de Labov (2008) mostrem que as variantes que hoje são consideradas de prestígio podem não o ser mais daqui a algum tempo.

Sob tal entendimento, o ideal seria “sensibilizar o aluno para a variabilidade lingüística, correlacionando-a com as situações a que corresponde.” (CASTILHO, 2004, p. 29), o que os levaria a compreender a necessidade de adaptar a língua ao contexto de uso, sem que houvesse imposição de uma variedade sob outra, fato que configura o preconceito lingüístico tão arraigado em nossa sociedade.

Cabe à escola levar ao indivíduo toda essas verdades, porém, Scherre (2004) refletindo sobre o ensino de língua materna, conclui que ela não é ensinada. O que se ensina, outrossim, é a gramática normativa da língua, de forma impositiva, e declara que

[...] quando um falante nativo de uma língua explicita o sentimento secular inculcado de que não sabe falar a sua própria língua, ele de fato está confundindo a sua língua com a gramática normativa de parte de sua língua. A língua materna de uma comunidade é seu legado maior. Tenha ou não prestígio, ela tem de ser respeitada, porque, além de complexa e perfeita do ponto de vista lingüístico, ela faz parte da identidade dos falantes. (SCHERRE, 2004, p. 242)

Bagno (2008) corrobora com isso ao afirmar que “o preconceito lingüístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa.” (BAGNO, 2008, p. 19), convidando os estudiosos da língua, sejam lingüistas ou professores, a trabalhar no sentido de desfazer essa confusão.

Se há uma confusão entre língua e gramática, a qual cabe a nós desfazermos, vale lembrar que entre as regras impostas pela gramática normativa, a concordância, a regência e a colocação pronominal têm destaque quando se trata da criação de rótulos estigmatizadores.

Desta forma, ao analisarmos a linguagem juvenil, percebendo que ser jovem significa também enfrentar o desafio de afirmar-se dentro de um grupo, e, sendo a linguagem uma das armas a ser utilizada para se diferenciar dos demais, torna-se compreensível que ele use ou

não a concordância verbal, o que irá depender da decisão do grupo a que pertence ou quer pertencer.

## 2.1. Concordância Verbal

São inúmeros os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos sobre a concordância verbal em nossa língua, porém, este é um tema bastante extenso e muito exame será necessário para se chegar a conclusões definitivas.

Um ponto que invariavelmente conduz a divergências é o fato de que aquilo que é tido como adequado para alguns, pode não o ser para outros, o que pode ser observado na vivência das salas de aula, onde se percebe que a maioria dos alunos se questiona do porquê de terem que aprender a CV, por não se atentarem ao fato de que concordar adequadamente verbos e nomes aos seus complementos pode ser uma das possibilidades de se ter acesso às camadas sociais privilegiadas, visto que, de acordo com Scherre e Naro (1993), a concordância adequada é uma característica linguística da camada social mais culta, sendo, portanto, imposta àqueles que nela queiram se inserir. Àqueles que queiram, deve-se frisar.

O dramaturgo Nelson Rodrigues alegou certa vez não acreditar na existência de sequer um brasileiro que não cometesse “erros” de concordância. Entretanto, diante do que mencionamos anteriormente, poderíamos denominar como erro a não-concordância? Não obstante ainda, o que é concordância?

A ocorrência da concordância verbal define um liame entre o verbo e um dos constituintes da frase, ou seja, a vinculação que se dá entre o sujeito e o núcleo do predicado, representado pelo verbo, concebendo uma relação de identidade entre o termo determinante e o determinado, ocorrendo, assim, uma perfeita conexão entre os elementos da oração.

Carone (2002) relata que é o verbo a palavra que ata as outras a si, subordinando-as e com elas formando um nó, o que configura a concordância.

Bacega (1986) define concordância verbal como o mecanismo sintático que expressa a associação dos elementos da frase.

Galvão (1979) defende a ideia que ela tão somente ocorre com palavras variáveis, sendo então dependente de flexões secundárias, condicionada a palavras que deverão ter as terminações definidoras de pessoa e número do sujeito, sem o que não ocorrerá. Ou seja, a concordância verbal se faz graças à capacidade de o verbo denotar qual a pessoa e o número do sujeito.

Para Terra (1997, p. 244), “a concordância verbal é o processo pelo qual o verbo altera suas desinências para ajustar-se em pessoa e número com o sujeito”.

Cunha (1985) relata ser o verbo o vocábulo variável que exprime um processo representado no tempo, processo esse que alude ao sujeito, e conta que a solidariedade verbo/sujeito vem à tona por meio da concordância, ou seja, na variabilidade verbal. Para o autor “a concordância evita a repetição do sujeito que pode ser indicado pela flexão verbal a ele ajustada” (Cunha, 1985, p. 485)

Bechara (2000) não se afasta muito do que dizem os autores já citados, mas acresce algo novo: uma subdivisão entre concordância verbal de palavra para palavra – colocando nessa vertente as regras usuais, e a concordância verbal de palavra para sentido – a qual englobariam mais o estilo na escrita.

Bueno (1968, p. 268) diz que “concordância é a conformidade em gênero, número e pessoa entre a palavra regente e a palavra regida”.

Assim como o fez Bueno (1968), Perini (1995) também recorre à sintaxe de regência para conceituar a concordância verbal. Para ele, o fato abarca fundamentalmente alguns métodos que qualificam determinados sintagmas, conferindo-lhes função sintática. Ou seja, a

oração estruturada hierarquicamente contém constituintes que, por sua vez, contêm outros constituintes, tendo, cada um deles, uma função ímpar, que tornam a concordância verbal um fenômeno hierarquizado, dependente do posicionamento de determinados constituintes na oração.

Dubois *et al* (1993) definem a concordância verbal como um fenômeno sintático por meio do qual um substantivo pode exercer influência de alteração formal sobre pronomes que o representam, sobre os verbos de que é sujeito, assim como sobre adjetivos e participípios que a ele se referem, estabelecendo uma coesão formal, levando a entender a concordância verbal como a expressão morfológica de uma relação ou vinculação sintática entre elementos de uma oração.

De acordo com Baccaga (1986) a concordância verbal é um dos mais importantes fenômenos linguísticos de caráter sintático. Entretanto, para Roca-Pons (1976, *apud* Baccaga, 1986) o termo “concordância” não é de todo adequado para tal fenômeno, uma vez que, como os termos concordam entre si, não deveria haver a imposição de um sobre o outro. Além disso, como assegura Said Ali (1971, *apud* Baccaga, 1986), o fenômeno não é algo que corresponde à lógica, pois a repetição que se faz em um vocábulo determinante ou informativo do gênero, número ou pessoa já expressos no termo determinado, mostra-se redundante.

Tais conceitos dão a entender que as regras para este fenômeno são aplicadas categoricamente, porém é notório observar que a própria gramática normativa menciona uma lista de casos em que se admite o uso variável da marca morfológica da concordância, ou seja, existem vários fatores que intervêm na regra, a maioria ligada à relação do falante com o que é enunciado. A escrita, entretanto, embora passível de apresentar variações, é mais elaborada, há mais tempo de adequar a produção linguística às regras gramaticais.

Dentre os fenômenos linguísticos, Scherre (2008) destaca a concordância de número, entre a qual está a CV, como aquele que mais marca a diferença de classes. Daí o nosso interesse em estudá-lo, especialmente na escola.

## 2.2. A concordância e a escola

Já na tenra idade, o indivíduo começa a utilizar a língua, por meio da fala, para interagir com os seus pares, e o faz utilizando a variedade presente no meio em que vive. A criança nota os adultos conversando e apropria-se desta forma de comunicação exatamente com o feitio que se apresenta a ela, da maneira como observou.

Com um pouco mais de idade, esta criança inicia-se no mundo letrado e começa também a interagir com os demais por meio da escrita. É neste momento, em que chega à escola, que se estabelece o choque, pois aquilo que vive é diverso completamente do que vê nas aulas de Língua Portuguesa (LP), em que sua variedade é contestada, dita errada e, muitas vezes, ridicularizada. São raros, ainda, os professores que conseguem estabelecer um elo entre a variedade trazida pelo aluno e a que irá aprender na escola, que são capazes de não perpetuar o preconceito linguístico.

Por mais que os estudos sociolinguísticos apontem para a flexibilidade da concordância na fala, ela é alvo de discriminação. Expressões como *é nós* ou *a gente vamos*, tão comumente utilizadas, encontrarão sempre quem as considere erros inaceitáveis, ao invés de aceitá-las como formas do uso cotidiano de nossa língua materna.

Diante disso, Scherre (2008) afirma que “banem-se da escola não as formas linguísticas consideradas indesejáveis, mas, sim, as pessoas que as produzem.” (SCHERRE, 2008, p. 42)

Este quadro só terá alteração quando a escola passar a encarar o ensino com uma visão mais condescendente com a vivacidade da língua, uma vez que de uns tempos para cá, a realidade escolar mudou. O público que chega às salas de aula alargou-se de forma a atender todas as classes sociais, abarcando alunos com uma bagagem cultural totalmente diferente, principalmente no que diz respeito ao uso da língua. Já não se têm mais apenas a norma culta nos bancos escolares, mas sim todas as variedades de nossa rica língua portuguesa.

Entretanto, não houve alteração do dia-a-dia escolar, observando-se professores despreparadas para atender à demanda e livros didáticos ainda baseados em antologias. O trabalho com a variação não está presente nos materiais didáticos e, em havendo algo neste sentido, geralmente expressa-se por meio de exercícios de transformação da variação apresentada para a norma culta, como, por exemplo, na transformação da fala do Chico Bento, personagem de Maurício de Souza que expressa-se por meio do falar rural, para a forma culta.

No que se refere ao ensino da língua portuguesa, Soares (2008) aponta que, na sala de aula, a gramática é trabalhada apenas de forma prescritiva diante das diferenças entre classes sociais, mesmo com os PCNs colocando de forma bem clara a sala de aula como um “espaço privilegiado de desenvolvimento da capacidade intelectual e linguística dos alunos.” (BRASIL, 1998, p. 30), e atribui a essa diferença entre a linguagem dos indivíduos de diferentes estratos, uma possível causa para a atual situação do ensino no Brasil.

Carvalho (2004) em análise de livros didáticos para o ensino de língua portuguesa como L2, estabelece que

No tratamento dado às variações nos manuais de ensino, há necessidade de apresentar situações ilustrativas que levem à *conscientização* de que a língua não constitui um todo homogêneo. Não se trata de listar exaustivamente as variantes, mas de apontar algumas possibilidades, de modo a mostrar ao aprendiz que ele não vai repetir as construções apresentadas, mas sim (re)criar suas próprias sentenças, de acordo com as situações com que ai se deparar fora da sala de aula. (CARVALHO, 2004, p. 287 – grifos da autora)

Assim, o que se espera com este trabalho é, em conformidade com o que já afirmou Castilho (1988), vivificar o ensino escolar, trazendo para dentro das salas de aulas o ensino da variação linguística de forma arraigada e clara.

Além disso, esperamos contribuir para a erradicação do preconceito linguístico, e atuar “em favor de uma educação em língua materna mais democrática e coerente com o estado atual das ciências da língua e da educação.” (BAGNO, 2008, p. 9)

Outra contribuição determinante será a tentativa de auxiliar na derrocada do mito que classifica a língua portuguesa como uniforme e homogênea, uma vez que isso prejudica a educação ao levar ao não-reconhecimento da diversidade de nossa língua, fazendo com que a mesma não seja observada e respeitada como deve ser.

Estamos certos de que, ao se observar o uso da CV em diferentes grupos, será possível pensar em novas alternativas para o ensino da mesma, de forma a não apenas propagar a norma culta, mas sim toda a diversidade encontrada nesse “tabuleiro de comunidades diferenciadas” (CASTILHO, 1988, p. 57) que forma o nosso país.

### 3. Um projeto em andamento

Scherre (2008) declara que:

Analisar uma língua em sua intimidade é um privilégio. Esmiuçar as entranhas das formas lingüísticas e sentir a sistematicidade que envolve línguas, dialetos e variedades, sem julgamento de valor, é de beleza ímpar e só pode fazer bem aos que têm essa possibilidade. (SCHERRE, 2008, p. 10)

Assim, propomo-nos a nos alçar neste empreendimento tão gratificante: analisar a linguagem dos adolescentes em suas interações com o grupo e, neste início, temos a apresentar nosso projeto para chegarmos ao nosso objetivo, uma vez que essa pesquisa, bastante incipiente, não apresenta dados analisáveis neste momento.

Para a seleção dos informantes, será aplicado um questionário socioeconômico. Nas escolas em que será feita a pesquisa, serão entregues questionários a uma turma inteira. As respostas serão avaliadas, optando pelos vinte que atenderem aos fatores condicionadores por nós sugeridos, a saber: faixa etária, classe social alta, classe social baixa. Isso será feito a fim de que seja atendido o critério básico para seleção de informantes: a amostragem aleatória (Tarallo, 2007).

Para proceder à análise, utilizaremos como *corpus* gravações de fala de dois grupos de adolescentes: um formado por alunos de uma escola particular, e outro por alunos de cursos de uma escola profissionalizante, sendo dez de cada grupo, com uma faixa etária entre quatorze e dezessete anos.

A pesquisa será dividida em etapas, a iniciar-se, primordialmente, pela revisão da literatura. Em seguida buscaremos os pressupostos teóricos que embasarão este estudo e posteriormente constituiremos o *corpus*.

Os adolescentes entrevistados serão escolhidos por meio de questionários sócio-econômicos. Nas escolas em que será feita a pesquisa, serão entregues questionários a uma turma inteira. As respostas serão analisadas, optando-se pelos dez que atenderem aos fatores condicionadores por nós sugeridos. Isso será feito a fim de que seja atendido o critério básico para seleção de informantes: a amostragem aleatória.

Selecionados os informantes, será elaborado um questionário-guia de entrevista (Tarallo, 2007) com tópicos para conversação que levem a narrativas de experiência pessoal, a fim de obter um *corpus* representativo, visto que a CV encerra-se como uma variável sintática menos recorrente na fala.

Depois de ultrapassadas estas fases, serão realizadas as coletas, por meio de gravação das respostas a estes questionários e possíveis conversas espontâneas. A ideia principal é que seja proposto um tema para a conversa, uma vez que, como traz Tarallo (2007), a proposta teórica a que nos submetemos impõe a necessidade de haver uma participação direta do pesquisador com os membros do grupo pesquisado, desde que isso não prejudique a espontaneidade da situação. Observando-se a questão do prejuízo, buscaremos solucionar qualquer problema de naturalidade por intermédio de uma interação maior com os integrantes dos grupos analisados, além de adequarmos os módulos de forma a atender as especificidades destes grupos.

Após termos dados satisfatórios, partiremos para as transcrições, a análise e a comparação dos dados. As análises deverão levar em conta os condicionadores lingüísticos e extra-lingüísticos que regem o uso das variáveis CV e não-CV, podendo ser observados sexo, escolaridade, condição sócio-econômica, frequência de leitura, entre inúmeros outros que possam decorrer do *corpus*.

Com os resultados em mãos, a elaboração de quadros, tabelas e gráficos e a redação darão uma conclusão a esta nossa busca de um resultado satisfatório para os objetivos desta pesquisa.

#### 4. Considerações finais

O termo *considerações* vem a calhar neste nosso trabalho, visto que não temos ainda um estudo completo, fechado em conclusões definitivas e absolutas, já que a prática a qual nos propusemos a investigar é ainda incipiente.

Neste artigo, apresentamos a perspectiva de uma pesquisa relacionada ao uso da concordância verbal pelos jovens, com o intuito de analisar não só como estão os mesmos concordando sujeitos e verbos, mas também observar se o uso, ou não uso, pode ser considerado uma maneira de se afirmar como membro integrante de determinado grupo. Ressaltamos, além disso, a intenção de usar o retorno, ou os resultados desta pesquisa, na aplicação didática, uma vez que a análise da língua em sua prática, nos momentos de concretização dos enunciados, pode servir de base para novas alternativas para o ensino de língua materna, tudo relacionado a pressupostos teóricos que respaldam e embasam nossas considerações.

#### Referências

- BACCEGA, Maria Ap. *Concordância Verbal*, São Paulo: Ática, 1986.
- BAGNO, Marcos. *O preconceito lingüístico*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.
- BENVENISTE, Emile. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 1995.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: sociolingüística em sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRITO, Luiz Percival Leme. Língua e ideologia. A reprodução do preconceito. In: BAGNO, Marcos. (org.) *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2004.
- BUENO, Silveira. *Gramática normativa da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1968
- CARONE, Flávia B. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 2002.
- CARVALHO, Maria Cristina Morteau. *A concordância verbal e a variação no ensino fundamental e médio*. Dissertação (mestrado em estudos da linguagem), UEL, 2005.
- CASTILHO, Ataliba B. A variação lingüística, norma culta e o ensino de língua materna. In: *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e o 2º graus*. São Paulo: SE / CENP. 1988, 3 v.
- \_\_\_\_\_. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In: BAGNO, Marcos. (org.) *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2004.
- CUNHA, Celso. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DUBOIS, Jean et alli. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1993.
- FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira. In: *Lingüística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002.
- GALVÃO, Jesus B. *Subconsciência e afetividade na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1979.



- LABOV, William. *Padrões sociolingüísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- NETTO, Samuel Pfromm. *A psicologia da adolescência*. São Paulo: Ed. Livraria Pioneira, 1974.
- PERINI, Mário A. *A gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.
- PRETTI, Dino. *Sociolingüística: os níveis de fala*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982
- SCHERRE, Maria Marta Pereira e NARO, Anthony J. *Duas dimensões do paralelismo formal na concordância no português popular do Brasil*. D.E.L.T.A. São Paulo, v. 9, n. 1, p.1-14, fevereiro 1993.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. 2 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- \_\_\_\_\_. A norma do imperativo e o imperativo da norma. Uma reflexão sociolingüística sobre o conceito de erro. In: BAGNO, Marcos. (org.) *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2004.
- SOARES, Magda. *Linguagem e escola*. 17 ed. São Paulo: Ática, 2008.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 1985.
- TERRA, Ernani. *Minigramática*. São Paulo, Scipione, 1997.